



Conselho Municipal do Meio Ambiente

Foz do Iguaçu - PR

Biênio 2023-2024

ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE – COMAFI

1 Ao décimo segundo dia do mês de junho de dois mil e vinte e quatro foi realizada a décima
2 quinta (15ª) Reunião Ordinária do Conselho Municipal do Meio Ambiente – COMAFI –
3 biênio dois mil e vinte e três – dois mil e vinte e quatro (2023-2024). A reunião aconteceu
4 de forma presencial, no auditório do Centro de Educação Ambiental do Iguaçu - CEAI
5 localizado no Parque Natural Municipal Bosque Guarani, sendo iniciada às oito horas e
6 quarenta e cinco minutos, conduzida pelo presidente Marcelo Penayo de Melo (Titular
7 ADERE) e secretariada por Rubyane Brito Rodrigues de Almeida (Suplente SMMA). A
8 reunião contou com a participação dos seguintes Conselheiros: Rafaela Costa Braga
9 Ducato (Titular SMED); João Paulo Steinmacher Lourenço (Titular SMPC); Isabela Solana
10 Delpino (Suplente SMPC); Kelly Katlyn de Paula (Titular SMFA); Jurandir do Carmo
11 Oliveira (Suplente SMPC); Lucas Perucci (Titular IFPR); Nelissa Garcia Balarim (Suplente
12 IFPR); Ana Alice Aguiar Eleutério (Titular UNILA); Rubens de Souza André (Suplente
13 ITAIPU); Johnys Freitas (Suplente ACIFI); Noely Terezinha Cassini (Titular VIDA
14 ANIMAL); Andrea Carla Winkelmann (Titular COAAFI); Idelson José Barquete Chaves
15 (Titular OAB); como convidados o Vereador Kalito Stoeckl, a Bióloga Lara Helena Pires
16 Vieira da SMMA e o Biólogo e Anfitrião do Turismo Alexandre Bazzi. Como faltantes
17 constam as instituições: Instituto Conhecer para Conservar (ICC), Secretaria Municipal da
18 Saúde (SMSA), UNIOESTE e Procuradoria Geral do Município (PGM). Os itens de pauta
19 foram: a) Grupos de Trabalho; b) Edital de Chamamento Público Bosque Guarani/Fundo
20 Iguaçu; c) Distribuição de processos; d) Assuntos Gerais. O presidente cumprimentou a
21 todos, e fez a abertura da reunião com a explanação de algumas agendas em que o
22 COMAFI foi representado. A primeira foi em audiência pública na Câmara Municipal de
23 Vereadores para tratar da implantação de crematórios no município, outra demanda foi
24 em relação a uma matéria jornalística sobre a limpeza do Lago Monjolo a qual denunciava
25 um aterramento do lago. O presidente entrou em contato com a Secretaria de Meio
26 Ambiente e fez uma visita ao local – que ainda está passando por limpeza – e verificou
27 que foi necessário fazer uma intervenção às margens do lago devido à retirada do
28 maquinário que afundou, porém em seguida, foi feita a recuperação. Penayo ressaltou
29 que à exceção das irregularidades que o COMAFI já verificou e encaminhou ao Instituto
30 Água e Terra, atualmente os serviços seguem cumprindo a licença ambiental. Seguindo,
31 com a pauta, o presidente apresentou os grupos de trabalho que foram montados para
32 andamento dos trabalhos do Conselho: Grupo um (01) - Elaboração do Edital de
33 Chamamento para Composição do COMAFI e da Comissão Permanente das UCS,
34 formado por Rubyane (SMMA); Lara (DVPUC); Gizele (ACIFI); Idelson (OAB); Marcelo
35 (ADERE); e Ana Alice (UNILA). Grupo dois (02) - Elaboração da Resolução para
36 composição da Comissão Especial de revisão e implementação do Plano Municipal de
37 Conservação e Recuperação da Mata Atlântica, formado por: Liziane (ITAIPU); Nelissa e
38 Lucas (IFPR); Luciana Ribeiro (UNILA); Gizele (ACIFI); Marcelo (ADERE); e Ana Alice

(UNILA). Os grupos terão prazo inicial de trinta (30) dias para apresentação dos trabalhos. A conselheira Isabela solicitou que seja formado um Grupo de Trabalho para revisão das Resoluções do COMAFI que estavam em andamento e paralisaram com as novas demandas do Conselho. Assim, ficou decidido a formação desse grupo com conselheiros e técnicos da SMMA. A conselheira Ana Alice questionou a necessidade da criação de uma comissão através de resolução já que essa prerrogativa consta no regimento interno do COMAFI. A conselheira Rubyane esclareceu que a Resolução foi uma proposta apresentada ao plenário para a formação da comissão e que daria mais segurança em relação a sua existência, mas nada impede que o grupo de trabalho apresente outra opção. Ana Alice também apresentou preocupação em não ter ninguém do corpo técnico da prefeitura na composição do grupo de trabalho, pois este necessitaria de suporte para a elaboração de um texto normativo. A conselheira Noely citou que em outro conselho que participa, é montado o grupo de trabalho e o trabalho vai se desenvolvendo, após a elaboração da resolução é enviado ao setor de edital que vai fazer a revisão e solicitar quaisquer alterações. O conselheiro João lembrou que existem modelos disponíveis de resolução na administração municipal. O presidente sugeriu então que o grupo que irá tratar da revisão das resoluções do COMAFI faça também esse levantamento do modelo e do encaminhamento a ser seguido. Dando continuidade, o presidente solicitou a inversão da ordem da pauta, devido aos convidados que ainda não haviam chegado, assim seguiu-se com a distribuição de processos. O presidente fez uma breve explicação dos procedimentos a serem seguidos na distribuição dos processos de acordo com o novo regimento do COMAFI, aprovado pelo Decreto trinta e dois mil quinhentos e dez de dois mil e vinte e quatro (32.510/2024). Seguindo com o disposto no regimento, foi realizado sorteio para análise de dois (2) processos dentre as instituições participantes do conselho. A primeira instituição sorteada foi a Unioeste que está em processo de alternância de conselheiros, além de contar com apenas o titular e, assim, a plenária decidiu realizar novo sorteio. A nova instituição sorteada foi o IFPR que ficou responsável pela análise do processo sete mil trezentos e cinquenta e seis de dois mil e vinte e dois (7356/2022) com prazo para apresentação do relatório até a próxima reunião em dez de julho (10/07). O terceiro sorteio realizado para a análise do processo vinte e quatro mil duzentos e oitenta e quatro de dois mil e vinte e dois (24284/2022) ficou para análise da PGM que será comunicada pelo presidente. Dando continuidade na reunião, seguiu-se com a pauta do Edital do Bosque Guarani. O presidente citou que o Edital de Chamamento do Fundo Iguaçu foi lançado em uma parceria entre a Secretaria de Turismo e do Meio Ambiente para a elaboração do Plano de Manejo e do Caderno de Encargos do Parque. De acordo com Penayo, o COMAFI não foi comunicado da existência do edital e só tomou conhecimento pela imprensa. Quando o assunto foi comunicado no grupo de mensagens do Conselho, a SMMA por meio de seu titular, respondeu de forma descortês dizendo que o COMAFI teria participação em momento oportuno. Com a chegada da convidada Lara, o presidente passou a palavra para a Bióloga que esclareceu como está o andamento do processo. Segundo Lara, o edital busca a elaboração apenas dos estudos técnicos e que houve um entendimento equivocado de que o edital seria para o projeto de concessão do Bosque. O caderno de encargos irá apontar que tipo de exploração o Bosque poderá ter, observando o plano de manejo. Foi lançado o edital e foram enviadas cartas convites às empresas, sendo que apenas quatro propostas retornaram e baseando-se nos requisitos do edital foi eleita uma empresa para a elaboração dos estudos. O presidente relatou que

85 havia convidado a Secretaria de Turismo para a última reunião do COMAFI e que esta
86 confirmou a participação, mas no dia da reunião avisou que não poderia estar presente.
87 Levantou-se a questão de existir uma solicitação de impugnação do edital por parte de
88 entidades de proteção ambiental do município. Lara comentou que essa solicitação já foi
89 analisada pelo jurídico do Fundo Iguaçu que não encontrou óbices ao prosseguimento do
90 edital. Penayo demonstrou preocupação em relação ao fato de nos requisitos para
91 elaboração do caderno de encargos já constar a lei de concessões e permissões de
92 serviços públicos. Tal fato parece configurar um direcionamento para que o plano de
93 manejo seja feito de forma a permitir a concessão, pois no seu entendimento, primeiro
94 elabora-se o plano de manejo e a partir dele define-se o caderno de encargos. Lara
95 explicou que o caderno de encargos é um documento preliminar, bem mais amplo e que
96 pode, inclusive, chegar à conclusão de que uma concessão não seja viável. Em seu ponto
97 de vista, a concepção dos dois documentos juntos é justamente para que um contemple
98 os itens levantados no outro. Ainda ressaltou que o plano de manejo deve passar por
99 ampla apreciação pública e é interessante que o caderno de encargos também passe por
100 esse crivo. O conselheiro Lucas argumentou por que não foram realizados planos de
101 manejo para todas as Unidades de Conservação, considerando que havia a contrapartida
102 do Fundo Iguaçu. Lara esclareceu que outras quatro UCs já têm plano de manejo
103 preliminar que foram desenvolvidos pela empresa que fez os estudos iniciais para a
104 criação dos parques. Dentre as outras duas UCs restantes, o Bosque Guarani foi escolhido
105 por ser uma área de interesse turístico. Penayo salientou que o Fundo Iguaçu recebe
106 recursos do Parque Nacional, então é justo que sejam realizados investimentos nas
107 Unidades de Conservação municipais. Neste contexto, Lara destacou que o Fundo Iguaçu
108 tem demandado que os projetos tenham caráter socioambiental e que existe o interesse
109 em uma parceria com a SMMA para o desenvolvimento de projetos na área ambiental do
110 município. O presidente ressaltou a importância de o COMAFI ter sido envolvido no
111 começo do processo, pois as dúvidas poderiam ter sido esclarecidas desde o início. Dessa
112 forma, abriu a palavra ao plenário. O Conselheiro João destacou a carência de espaços
113 públicos ao morador de Foz do Iguaçu que tem interesse e busca essas áreas para lazer.
114 O Biólogo Alexandre foi convidado a dar sua contribuição na plenária sobre o Bosque
115 Guarani. Alexandre iniciou se apresentando e destacou sua preocupação com a forma
116 com que o meio ambiente é visto em um município com um potencial tão grande. Dentro
117 do grupo de guias profissionais que faz parte, Alexandre contou que teve contato com a
118 diretora do Jardim Botânico de Curitiba e juntos desenvolveram uma ideia de construir um
119 Jardim Botânico em Foz do Iguaçu, mais especificamente no Bosque Guarani. De acordo
120 com ele, o Bosque seria um local ideal, bem localizado e com diversas espécies. O Biólogo
121 ressaltou que já tem apoiadores da ideia e que teria condições de dar continuidade, caso
122 fosse aprovada. O presidente agradeceu e disse que é mais uma contribuição a se
123 considerar sobre o Bosque Guarani. Em assuntos gerais, o presidente abriu a palavra para
124 os conselheiros se manifestarem e a conselheira Ana Alice questionou sobre o andamento
125 do ofício relativo às alterações de zoneamento que não passam pela análise do COMAFI,
126 o presidente esclareceu que foi enviado ofício para o gabinete do prefeito, à Secretaria de
127 Meio Ambiente e à Secretaria de Planejamento e Captação de Recursos solicitando que
128 cumpra-se a Lei Complementar trezentos e quarenta e dois de dois mil e vinte (342/2020)
129 no que diz respeito à análise pelo COMAFI das alterações de zoneamento de áreas de
130 proteção ambiental e áreas especiais de proteção (ZPP e ZEP). Até o momento, não

131 houve resposta, o COMAFI irá entrar em contato novamente. Dando prosseguimento, o
 132 conselheiro João apresentou uma ressalva ao parecer elaborado sobre o processo trinta
 133 e oito mil setecentos e treze de dois mil e vinte e um (38713/2021). Segundo o conselheiro,
 134 o preocupa o fato de uma área técnica ter sido autuada por infração ambiental, o que pode
 135 comprometer a análise. O presidente esclareceu que, de acordo com a fiscalização, a
 136 multa ocorreu por corte de vegetação, porém isso não fica claro no processo. O
 137 conselheiro Jurandir que é da fiscalização irá enviar as justificativas e demais
 138 documentações para esclarecimento da câmara técnica e encaminhamento do processo.
 139 Como formalização, o presidente questionou a plenária se o COMAFI deveria se
 140 posicionar de alguma forma a respeito do Edital do Bosque Guarani, e foi decidido que o
 141 Conselho irá aguardar o processo que já está em andamento, porém é uma exigência do
 142 COMAFI que este seja consultado quando da elaboração do plano de manejo. Também
 143 foi deliberado que o Conselho irá solicitar o cronograma do processo solicitando que
 144 sejamos comunicados de cada encaminhamento. O Vereador Kalito solicitou que esta
 145 demanda de que o COMAFI seja consultado em assuntos de sua competência seja
 146 encaminhada à Câmara Municipal, de forma a reforçar esta obrigatoriedade em diversos
 147 processos. Sem mais nada a constar, o Presidente agradeceu a todos e deu como
 148 encerrada a reunião às dez horas e cinquenta e cinco minutos e eu, Rubyane lavrei a
 149 presente Ata que segue assinada pelos presentes.

Marcelo Penayo de Melo
ADERE

Rubyane Brito Rodrigues de
Almeida
SMMA

Ana Alice Aguiar
Eleutério
UNILA

Andrea Carla Winkelmann
COAAFI

Idelson José B. Chaves
OAB

Isabela Solana
Delpino
SMPC

João Paulo Steinmacher
Lourenço
SMPC

Johnys Freitas
ACIFI

Jurandir do Carmo
Oliveira
SMFA

Kelly Katlyn de Paula
SMFA

Lucas Roberto Perucci
IFPR

Nelissa Garcia
Balarim
IFPR

Noely Terezinha Cassini
VIDA ANIMAL

Rafaela Costa Braga Ducato
SMED

Rubens de Souza
André
ITAIPU

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

Tipo: **ATA**

Número: **15/2024**

Assunto: **ATA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA COMAFI - BIÊNIO 2023-2024**

O documento acima foi proposto para assinatura eletrônica na plataforma **SID** de assinaturas.

Para verificar as assinaturas clique no link:

<https://sistemas.pmf.pr.gov.br/rp/sidpublico/verificar?codigo=6255d5d2-c501-44f7-8805-1fe6b823a3a0>

e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação:

6255d5d2-c501-44f7-8805-1fe6b823a3a0

Hash do Documento

7C675B1C37124FF21668BE838BF967414543EA8E06AD133AAAAAC4329EEA8C39

Anexos

ATA - Nº 15-2024.pdf - **d35c2717-de60-45ec-98b5-43074d18d340**

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 08/07/2024 é(são) :

MARCELO PENAYO DE MELO (Signatário) - CPF: ***30104968** em 27/06/2024 9:47:23 - OK

Tipo: Assinatura Eletrônica

RUBYANE BRITO RODRIGUES DE ALMEIDA (Signatário) - CPF: ***47412950** em 27/06/2024 9:44:30 - OK

Tipo: Assinatura Eletrônica

ANA ALICE ELEUTERIO (Signatário) - CPF: ***51498848** em 27/06/2024 12:59:08 - OK

Tipo: Assinatura Eletrônica

ANDRÉA CARLA WINKELMANN (Signatário) - CPF: ***82710909** em 27/06/2024 12:00:36 - OK

Tipo: Assinatura Eletrônica

IDELSON JOSÉ BARQUETE CHAVES (Signatário) - CPF: ***58840220** em 27/06/2024 10:02:43 - OK

Tipo: Assinatura Eletrônica

ISABELA SOLANA DELPINO (Signatário) - CPF: ***19065927** em 27/06/2024 10:26:54 - OK

Tipo: Assinatura Eletrônica

JOÃO PAULO STEINMACHER LOURENÇO (Signatário) - CPF: ***82787905** em 27/06/2024 12:09:49 - OK

Tipo: Assinatura Eletrônica

JOHNYS FREITAS (Signatário) - CPF: ***63189920** em 27/06/2024 12:00:40 - OK

Tipo: Assinatura Eletrônica

JURANDIR DO CARMO OLIVEIRA (Signatário) - CPF: ***50030930** em 01/07/2024 10:45:54 - OK

Tipo: Assinatura Eletrônica

KELLY KATLYN DE PAULA (Signatário) - CPF: ***39699905** em 27/06/2024 9:52:30 - OK

Tipo: Assinatura Eletrônica

LUCAS ROBERTO PERUCCI (Signatário) - CPF: ***56286929** em 02/07/2024 18:05:23 - OK

Tipo: Assinatura Eletrônica

NELISSA GARCIA BALARIM (Signatário) - CPF: ***76968883** em 05/07/2024 11:07:58 - OK

Tipo: Assinatura Eletrônica

NOELY TEREZINHA CASSINI (Signatário) - CPF: ***94952991** em 02/07/2024 15:50:09 - OK

Tipo: Assinatura Eletrônica

RAFAELA COSTA BRAGA DUCATO (Signatário) - CPF: ***53921964** em 27/06/2024 11:58:04 - OK

Tipo: Assinatura Eletrônica

RUBENS DE SOUZA ANDRE (Signatário) - CPF: ***77997972** em 27/06/2024 15:06:37 - OK

Tipo: Assinatura Eletrônica



A ASSINATURA ELETRÔNICA DESTE DOCUMENTO ESTÁ AMPARADA PELO:

DECRETO Nº 28.900, DE 20 DE JANEIRO DE 2021.

LEI Nº 4536 , DE 4 DE SETEMBRO DE 2017.

Autoriza a utilização do meio eletrônico para a gestão dos processos administrativos e de documentos de arquivo, produzidos nos termos das Leis nºs 3.971, de 17 de abril de 2012 e 4.057, de 19 de dezembro de 2012, no âmbito dos órgãos da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Foz do Iguaçu.